

COMO VENDER UMA CIDADE: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E CIDADE NO BRASIL

HOW TO SELL A CITY: STRATEGICAL PLANNING AND CITY IN BRAZIL

CASSAB, Clarice ¹

RESUMO

O trabalho produz uma reflexão sobre os impactos do processo de globalização nas cidades brasileiras. Parte-se da compreensão de que, neste país, as mudanças promovidas pela globalização ocorreram sobre as bases de um sistema político atrasado o que resultou, em âmbito urbano, no acirramento das desigualdades e contradições existentes na sociedade e manifestas nas cidades.

Globalização. planejamento estratégico. Cidade.

ABSTRACT

The work produces a reflection on the impacts of the process of globalization in the brazilin cities. It has been broken of the understanding of that, in these country, the changes promoted for the globalization had occurred on the bases of a system behind politician what it resulted, in the urban scope, in the increase of the inequalities and existing contradictions in the society and manifests in the cities.

Globalization. strategical planning. City.

¹ Doutora em Geografia pela UFF. Professora Adjunta do curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora

INTRODUÇÃO

Flexibilização foi uma das palavras mais recorrentes no discurso e na literatura quando da passagem do modelo fordista-taylorista para o da acumulação flexível. Flexibilizar a produção, as relações de trabalho, o Estado, os mercados com o intuito de acelerar o tempo de giro do capital tornaram-se palavras de ordem nas décadas seguintes. Este foi o receituário vendido a grande parte do mundo sob a égide das políticas de ajuste neoliberal. Mas os impactos destes processos foram distintos no espaço. Uma coisa é analisá-los sobre uma base de pleno emprego e de direitos universais consolidados. Outra, bem diferente, é entendê-los a partir de uma base cujos direitos, em vez de universais, são, em realidade, privilégios de poucos. Esta foi a realidade dos países do chamado terceiro mundo² ou de capitalismo periférico.

Será considerando esta dimensão que o presente texto pretende produzir uma reflexão inicial sobre as transformações das cidades dos chamados países do Terceiro Mundo frente ao processo de globalização e, em especial, as cidades brasileiras. Partir-se-á do reconhecimento das profundas mudanças ocorridas no mundo e de seus impactos sobre as cidades brasileiras.

GLOBALIZAÇÃO E O NOVO MODELO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS CIDADES:

Independente do debate que se possa travar sobre a atualidade do processo de globalização a realidade é que o mundo mudou de forma acelerada a partir das três últimas décadas do século XX. Mudanças que se referem não apenas ao plano econômico, mas também ao sistema ideológico e político de dominação do capital, cujos contornos mais evidentes foram a emergência do neoliberalismo e do capital financeiro, a alteração do papel do Estado e a reestruturação produtiva.

Neste novo cenário as chamadas empresas globais podem ser vistas a partir da competência que possuem em controlar sua atividade de forma simultânea e em vários pontos do mundo. Essa habilidade permite que possam aproveitar das maiores vantagens dos diferentes fatores de produção entre países, uma vez que possuem a capacidade de se deslocarem em escala global permitindo que durante o processo de produção, possam aproveitar dos benefícios de cada local, tornando possível à locação de suas

diferentes etapas de produção nos lugares mais adequados para desenvolvê-las.

David Harvey pondera que;

o aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muito mais atenção às vantagens localizacionais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas diferenciações espaciais. Pequenas diferenças naquilo que o espaço contém em termos de oferta de trabalho, recursos, infra-estrutura etc. assumem crescente importância (HARVEY, 1995, p.265).

As novas tecnologias de informação e comunicação possibilitaram que cada mercado passasse a funcionar diretamente conectado com os demais, e em tempo real bem como reduzir a planta produtiva das empresas espalhando-as pelo mundo. O resultado foi à ampliação da mobilidade do capital. Hoje, o mercado funciona vinte e quatro horas por dia e os recursos financeiros são transferidos para ou de qualquer parte do mundo imediatamente. O capital, volátil e “desterritorializado”, movimenta-se de forma permanente em busca de lucros imediatos, ganhando relativa autonomia.

Esta mobilidade somente foi viável em função das políticas de liberalização e desregulamentação das trocas e dos capitais, imposta a partir da década de 1970 e que exaltaram as virtudes do mercado e a eficiência das empresas privadas, enquanto a intervenção do Estado passou a ser vista como prejudicial. O resultado desta perspectiva foi a desregulamentação do mercado via desregulamentação e privatização do Estado.

Neste movimento combateu-se ferozmente à ideia do Estado regulador e intervencionista, capaz de não apenas controlar e regular a economia como também de assumir para si os encargos sociais. Segundo os críticos desse Estado, ao assumir essas duas funções ele teria se sobrecarregado e tendo como única saída (a fim de se dinamizar) se retirar da economia, cabendo aos setores privados a gestão econômica.

Embora esse tenha sido o discurso predominante o que se observou é que o fim do Estado não foi consoante aos processos ocorridos na atualidade. Para Hobsbawn (2000) é preciso ter muito cuidado quando se pretende transpor a globalização para a política pois;

nós já temos uma economia globalizada, podemos aspirar a uma cultura globalizada, certamente dispomos de uma tecnologia globalizada e de uma ciência globalizada, mas, em termos políticos vivemos em um mundo que permanece de fato pluralista e dividido em Estados territoriais. (Hobsbawn, 2000, p. 51).

² Adverte-se sobre o conhecimento do intenso debate sobre esta expressão. Contudo, para fins deste artigo, serão usadas as expressões países de Terceiro Mundo e países periféricos como referentes aos países não pertencentes ao chamado capitalismo central.

Nesse sentido, a chamada globalização não resultou num enfraquecimento do Estado. Ao contrário, para o autor, a capacidade do Estado acompanhar o que acontece em seu território e de mantê-lo sob controle teria se ampliado. E a crise recente apenas vem corroborar que o discurso do fim do Estado nada mais é do que uma falácia.

Na realidade, o chamado “triumfo do mercado”, não poderia ser alcançado sem as repetidas intervenções políticas dos Estados. Ao Estado ainda cabe o papel de controlar as circulações de capitais e mercadorias, ao mesmo tempo em que deve proteger suas economias nacionais. E, como mencionado anteriormente, nesse ambiente, os principais atores da economia global, as grandes corporações financeiras e produtivas, tomam suas decisões de locação visando a maior taxa de retorno sobre seus recursos aplicados. O resultado disso é a emergência da ideia de que “tanto para as nações quanto para as empresas a possibilidade de crescer no âmbito da nova dinâmica econômica encontra-se condicionada pela sua capacidade de aumentar a competitividade” (MATTOS, 2000, p. 19) e para tanto o Estado é fundamental.

A contrapartida deste processo foi o acirramento das disputas entre países pelo acesso aos investimentos externos, já que o capital se locomoveria em direção aos territórios considerados de menor risco e de maior rentabilidade. Para dar conta dessa competitividade um número crescente de países promoveram uma série de mudanças nas suas estratégias macroeconômicas e políticas, visto que a criação de condições gerais para a melhoria da competitividade ainda deve se realizar no âmbito nacional.

A ênfase na dimensão da competitividade se justifica quando se pretende deslocar o olhar para a escala das cidades, pois se é verdade que a globalização acelera a competição entre países também é certo que nem todos os lugares são vistos como competitivos. No âmbito desse processo se destacam aquelas cidades capazes de oferecer uma série de atrativos para as empresas e capitais internacionais. É nesse cenário que emerge a ideia das cidades globais – competitivas em escala internacional – bem como o modelo de planejamento estratégico.

Já em 1996, David Harvey ponderava como a pesquisa sobre o papel das cidades não se configura como uma novidade, mas ao contrário,

de tempos em tempos a questão aflora como foco dos principais debates, se bem que no mais das vezes não levando em conta as circunstâncias histórico-geográficas específicas nas quais, por alguma razão, o papel das cidades aparece particularmente relevante (Harvey, 1996, p. 48).

Hoje a centralidade das cidades se expressa pelo fato delas ainda serem o instrumento de acumulação e locus da reprodução do capital, sendo, portanto, o espaço privilegiado para a globalização. Para Ferreira (2003), a metrópole é um dos maiores instrumentos do fenômeno de expansão da economia-mundo capitalista, na medida em que a maioria das atividades associadas à globalização se refere à expansão de elementos da chamada modernidade. Elementos esses que possuem caráter essencialmente urbano: teleportos, redes de informação, instituições financeiras, telefonia celular etc. Além disso, prossegue o autor, ainda são nas metrópoles onde se concentram as “atividades econômicas, a totalidade das atividades financeiras e o conjunto de atividades terciárias de apoio, que com a globalização tomaram importância, dando as cidades um status estratégico” (FERREIRA, 2003, p. 12).

As cidades ganham importância como espaço concentrador de poder ao assumirem boa parte do papel de centro da economia. Ao desempenharem nova função diante da globalização, elas devem redefinir os seus espaços. É a partir dessa concepção que se constrói a noção de que as cidades possuem atualmente um papel preponderante no jogo político internacional. De acordo com ela, as cidades adquirem uma suposta autonomia que permitiria que interagissem entre si em rede global.

Borja e Castells (1997), assim sintetizam o novo papel das cidades:

La globalización exige a las grandes ciudades, a las ciudades metropolitanas, ofrecer plataformas competitivas a sus actividades económicas, cualificar sus recursos humanos, establecer un buen sistema de intercambios com ámbitos cada vez mayores (incluso continentales y mundiales), promocionar su imagen internacional y funcionar internamente de forma eficiente y con reglas y convenciones claras e estables (Borja e Castells, 1997:12).

Sendo as cidades a mercadoria a ser vendida, caberia ao Estado criar as condições necessárias para a inserção econômica das metrópoles nos fluxos globais. Para tanto, este agente busca desenvolver uma agenda de transformações que engloba a adoção do planejamento estratégico.

Originado da área de administração de empresas, rapidamente o planejamento estratégico ganhou campo no que toca ao planejamento e gestão da cidade. Colocar as cidades no mapa mundial passou a significar, a partir de então, torná-las visível e competitiva. Assim;

Figuras de linguagem como 'orientação para a demanda', 'atrativos da oferta urbana', 'posicionamento competitivo', 'ações de marketing', 'produção de imagem' e 'planejamento estratégico', que até há pouco tempo eram restritas ao âmbito empresarial, hoje são recorrentes no discurso e nos instrumentos utilizados para o planejamento e gestão das cidades por parte de administrações locais (Sanchez, 2003:375).

Transposto ao universo urbano o planejamento estratégico parecia sinalizar a possibilidade de um futuro promissor para aquelas cidades que seguissem esse novo modelo. Nesse caso, o planejamento estratégico se configuraria como uma saída diante da crise econômica e simbólica das cidades, proporcionando seu (re)posicionamento internacional. E, por esta lógica, os governos locais que não aderissem ao modelo estariam fadados a perecerem diante das atuais mudanças.

Segundo seus defensores, o planejamento estratégico seria a única alternativa para garantir a competitividade pois seria preciso "olhar as cidades pelo viés da oportunidade, das vocações e potencial econômico, e traçar estratégias políticas, sociais culturais, de projetos e de obras, que maximizem as oportunidades e vocações" (SILVA, 1999:23). Para sua implantação é fundamental o ordenamento da parceria público-privada privilegiando, primordialmente, o governo local.

Harvey (1996) aponta que nessa parceria, as reivindicações locais se integram à utilização dos poderes públicos locais, tendo como objetivo atrair investimento internacional. Sánchez (2003) afirma que o que diferencia essa atual parceria das demais já praticadas seria a forma como ela é apresentada: "como uma necessidade do processo de adaptação aos novos tempos". Ou seja, como um caminho inevitável.

Por esta razão que o modelo do planejamento estratégico tão bem casou com o receituário neoliberal da flexibilização, ou, nas palavras de Maricato (2007):

Apesar da roupagem democrática e participativa, as propostas dos planos estratégicos combinaram-se perfeitamente ao ideário neoliberal que orientou o "ajuste" das políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington. Uma receita para os países e outra para as cidades se adequarem aos novos tempos de reestruturação produtiva do mundo, ou mais exatamente, novos tempos de ajuste da relação de subordinação às novas exigências do processo de acumulação capitalista sob o império americano (MARICATO, 2007, p. 66).

Sob a ótica do planejamento estratégico as cidades são tratadas como empresas e por esse motivo devem ser submetidas às mesmas condições e desafios, o que

significa sua assimilação aos interesses empresariais globalizados. Contudo, adverte Vainer (2000), o sucesso somente seria garantido através do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania.

Para tanto, seria preciso garantir um ambiente de consenso capaz de eliminar os conflitos e promover a paz necessária para a implementação das políticas inscritas nos marcos da cidade competitiva (e que coincidentemente combinam com o discurso liberalizante de desregulamentação econômica). É justamente a criação desse consenso que se constitui o arcabouço ideológico do planejamento estratégico.

Vainer (2000) alerta que a mera constatação de uma crise é elemento suficiente para produzir as condições necessárias para a construção da trégua social interna. Diante da crise caberia aos bons e verdadeiros cidadãos se unirem na busca de soluções comuns. Nesse novo ambiente não haveria espaço para as diferenças ou divergências. A participação, embora presente no discurso e, em muitos casos, estimuladas na prática, implicaria, segundo o autor, em subordinar os interesses de muitos aos supostos interesses da cidade – agora fetichizada,

O debate se dá a partir do consenso, construindo uma falsa unidade que se situa, "necessariamente acima dos partidos e das paixões" promovendo uma unidade com o intuito de salvar a cidade da crise, estimulando sua capacidade competitiva, tornando-a vitoriosa no mercado de investimentos.

Neste novo modelo, o cidadão torna-se consumidor e suas ações políticas se restringem a garantir ruas limpas ou calçadas vazias de ambulantes pois:

A instauração da cidade-empresa constitui, em tudo e por tudo, uma negação radical da cidade enquanto espaço político – enquanto pólis. (...) Aqui não se elegem os dirigentes, nem se discutem objetivos, tampouco há tempo e condições de refletir sobre valores, filosofia ou utopias. Nas empresas reina o pragmatismo, o realismo, o sentido prático; e a produtivização é a única lei (Vainer, 2000:91).

A construção artificial desse consenso, em realidade, mascara os diferentes interesses dos distintos setores sociais que compõem (e disputam) a cidade. No planejamento estratégico a discussão não se centra na construção de um projeto de cidade e, conseqüentemente de sociedade, mas sim na consolidação de condições objetivas para a inserção das cidades na economia global a partir da ampliação de sua capacidade competitividade. O debate sobre que cidade queremos, se diluiu no suposto consenso quanto à eficiência e eficácia desse modelo.

A estratégia, portanto, para promover a inserção competitiva das cidades se assenta em um pacto urbano ajustado sobre;

determinadas intervenções urbanísticas que garantam a modernização da infra-estrutura urbana (serviços públicos, comunicações e áreas empresariais) necessária à renovação da base econômica, visando com isso facilitar a passagem do modelo industrial tradicional para o de centro e terciário avançado (Compans, 1997:1725).

Uma vez cumpridas tais metas, já estabelecidas no plano estratégico, a consequência quase inevitável, seria a elevação da cidade à qualidade de cidade global, já que, de acordo com este modelo, são elas as únicas capazes de dinamizarem as novas relações flexíveis do sistema produtivo e da nova dinâmica do capital financeiro. De acordo com seus defensores, seriam as cidade globais uma nova configuração urbana e única capaz de enfrentar os desafios dos novos tempos. Nelas, concentra-se um conjunto de bens e serviços atrativos ao grande capital global: centros de pesquisa, mão-de-obra qualificada, infra-estrutura de comunicação e informação, serviços de ponta etc.

Para Sassen (1993), o novo papel estratégico desempenhado pelas cidades na atual fase da economia mundial seria o resultado da combinação da dispersão espacial e da integração mundial. A dispersão das atividades econômicas internacional e nacionalmente também teria criado a necessidade da expansão espacial do controle e gerência. A maior mobilidade do capital originou “formas específicas de articulação entre deferentes áreas geográficas e a transformação no papel desempenhado por tais áreas na economia mundial” (SASSEN, 1993, p. 58).

Estas novas formas se evidenciarão como pontos de comando na organização da economia mundial e como mercados e lugares de produção essenciais para as indústrias de liderança (finanças, serviços especializados etc). A grande concentração dessas indústrias provocaria a criação de um novo tipo de urbanização e de uma nova cidade: a cidade-global.

Castells (1999) define cidade-global como aquela que concentra as funções de comando da economia mundial. Seria um centro de dinamismo econômico, tecnológico e social uma vez que, étraí para si o capital financeiro e produtivo. Globalmente, seria o nó da rede mundial de cidades e concentraria o poder da política real, o controle dos meios de comunicação e a capacidade de criar e difundir imagens. Além de ser um centro de inovação e difusão política e cultural e funcionar como ímãs para seu

entorno.

Para atingirem o status de cidade global, as metrópoles devem investir basicamente em quatro fatores de atração: 1) infra-estrutura de comunicação (aeroportos e telecomunicações); 2) infra-estrutura de internacionalização da economia (feiras, exposições internacionais, hotéis, competições esportivas de caráter internacional etc); 3) um terciário de excelência (centros de pesquisas, mão-de-obra qualificada etc) e 4) construção de uma boa imagem. (Borja, 1996). Mas, como afirma Harvey (1996, p.55), “acima de tudo, a cidade tem que parecer como lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver, visitar, para jogar ou consumir” e ainda acrescentaria, para se investir.

Sanchez (2003) sublinha que na importação desse modelo é recorrente a aplicação do receituário externo, havendo pouca atenção a projetos de base local ou mesmo regional. Quando se assume a cidade global como projeto a ser alcançado, adotando de forma privilegiada a relação das metrópoles com a globalização, nega-se o movimento específico de cada cidade.

Com isso, não se pretende desconsiderar os impactos do processo de globalização (em todas as suas dimensões) sobre a reorganização das metrópoles, apenas deseja-se alertar para os cuidados necessários a serem tomados quando se privilegia as explicações provenientes das forças da globalização sobre a metrópole, desconsiderando as forças sociais locais. É preciso que ambas as dimensões componham a análise sobre as cidades e os processos sociais que nela se configuram.

Tendo isto em vista propõe-se, neste momento do texto, pensar como o discurso do planejamento estratégico e as respectivas ações para sua realização, se acomodam nas cidades de países ditos de Terceiro Mundo. Ou seja, quais os impactos deste novo modelo de planejamento e gestão da cidade na realidade das cidades dos países periféricos.

CIDADES GLOBAIS DE TERCEIRO MUNDO?

Embora originalmente concebido para denominar algumas das cidades de primeiro mundo, o termo cidade global também se estendeu para as cidades dos países ditos de terceiro mundo³. Todavia, a passagem desse modelo de interpretação bem como do projeto a ser atingido, se deu destituído de qualquer reflexão mais crítica ou mesmo específica da realidade das cidades dos países subdesenvolvidos.

A verdade é que as pretensas cidades-globais não se

³ Modelo transposto para os países da América Latina essencialmente pelas agências multilaterais e consultorias internacionais.

inserir de forma igual ou equilibrada na rede mundial. A inserção das metrópoles do terceiro mundo, na rede de cidades mundiais esbarra com o processo de urbanização desigual vivido pelas nossas cidades, uma vez que a urbanização, e os consequentes resultados desse processo, se distinguem abissalmente da realidade vivida pelas metrópoles dos países desenvolvidos.

O resultado, portanto, da implementação das prescrições neoliberais do planejamento estratégico e da cidade global, é muito diverso do ocorrido em cidades como Tóquio ou Nova Iorque. Há, em realidade, um verdadeiro descompasso entre a teoria imposta pelo modelo de cidade global e a realidade das metrópoles latino-americanas.

Sampaio Jr (1999), afirma que os modelos de desregulamentação da economia e seus efeitos sobre a cidade latino-americanas se assentam sobre o atraso e as desigualdades geradas e herdadas do colonialismo. Essa perspectiva remete a interpretação de Florestan Fernandes quanto à formação da sociedade latino-americana e brasileira em especial.

Segundo Florestan (1977) por serem sociedades completamente capitalistas já teriam experimentado uma revolução burguesa, mas do tipo “não clássico”. O que diferiria as sociedades desses países seria o modo pelo qual o capitalismo se objetiva e se expande historicamente como força social.

De acordo com Florestan, a burguesia teria usado todas as suas energias na negociação dos termos da dependência, buscando garantir a manutenção e ampliação de seus privilégios. Com isso, abandonaram qualquer posição reformista e assumiram a defesa da capacidade de ajustar as condições sociais e econômicas às exigências do capital internacional.

O resultado dessa dinâmica foi o estabelecimento de um capitalismo dependente que só pode ser compreendido a partir da articulação entre os agentes internos e seus dinamismos e os dinamismos dos agentes externos. Um capitalismo cujo “progresso” não eliminou as barreiras e distinções sociais e cuja revolução burguesa trilhou o caminho de maior resistência àqueles que pudessem por em risco os fundamentos do capitalismo dependente.

A burguesia nacional, portanto, reduziu a descolonização ao mínimo indispensável para atender às exigências de cada situação histórica. Nas palavras de Florestan Fernandes:

os dinamismos de crescimento e desenvolvimento geram processos socioculturais e políticos que não podem produzir a base dinâmica necessária à plena expansão da ordem social competitiva. Mas

por outro lado, dão o máximo de eficácia ao padrão dependente de modernização (FERNANDES, 1977, p.14).

Assim, conviveriam num mesmo espaço novas estruturas econômicas e sociais, trazidas dos países centrais, e estruturas sociais arcaicas baseadas nas relações de desigualdade e dominação herdadas do colonialismo.

Para Plínio Jr (1999) esse antagonismo ainda não se encerrou. Ao contrário, a intensa contradição entre o moderno e o arcaico (e os efeitos dessa contradição) se acentua com o processo de globalização, entendido pelas elites nacionais, como processo modernizador, mas que no entanto ainda se inscreve em bases sociais e políticas originárias do passado colonial, promovendo com isso profundas desigualdades.

São nas grandes metrópoles urbanizadas desses países onde a relação entre as políticas econômicas de cunho neoliberal e a situação sócio-econômica miserável da população se expressa de forma mais intensa. Estas metrópoles são os resultados de um processo de urbanização extremamente desigual e contraditório, fruto da combinação das estruturais arcaicas e modernas da sociedade brasileira que culminou com um absoluto quadro de pobreza.

Ermínia Maricato afirma:

Como parte integrante das características que assume o processo de acumulação capitalista no Brasil, o urbano se institui como pólo moderno ao mesmo tempo em que é objeto e sujeito da reprodução ou criação de novas formas arcaicas no seu interior, como contrapartidas de uma mesma dinâmica (MARICATO, 1996, p. 47).

A cidade subdesenvolvida manifesta as contradições inerentes à combinação do atraso com o moderno e por essa razão “seus problemas são os mesmos da sociedade subdesenvolvida: a subordinação absoluta à lógica dos negócios, por meio da histórica superexploração do trabalho e a superdeprecação do meio ambiente (...)” (FERREIRA, 2000, p.15).

O modelo de cidade global, portanto, terá efeitos ainda mais perversos quando aplicados às cidades da “periferia do mundo”. Mas isso não se situa no rol das preocupações dos ideólogos desse modelo. Ao contrário, embora esteja claro que nem todas as cidades podem se inserir na rede mundial como cidade global, todas desejariam ser uma delas. O estatuto de cidade global deixa de ser uma condição atingida por algumas metrópoles para se tornar um projeto, um objetivo necessário à superação dos problemas urbanos.

Por esse motivo, assim como a globalização, a cidade

global também se torna uma ideia-força, um único caminho possível e o destino inexorável das metrópoles. A intenção é fazer parecer que a única alternativa para as cidades é transformá-las em centros de comando e de controle, uma cidade de informação e pós-industrial onde os serviços avançados são a base para a sobrevivência urbana.

É essa ideologia que permite a difusão natural da premissa da “inserção de todas as cidades, sejam elas do Norte ou do Sul, em um sistema mundial que se refere apenas à realidade dos países desenvolvidos” (Ferreira, 2003).

Porém o contraponto à construção desses espaços integrados à economia global, numa metrópole de país periférico, é a formação de territórios altamente desiguais. De um lado a consolidação de supostos territórios de modernidade (e mesmo pós-modernidade), do outro, territórios de extrema pobreza.

O que se manifesta é a convivência, na mesma cidade, de espaços carentes de infra-estruturas, equipamentos urbanos, transportes regulares etc, com ilhas de progresso e modernidade. Muitas vezes, impulsionados por fortes campanhas publicitárias, é dado a estes territórios de modernidade, um caráter universal. Como afirma Maricato (1996, p. 43) “uma política de fachada para uma prática de faz de conta em uma cidade de ficção”.

O resultado dessa contradição é a expulsão da população para áreas cada vez mais afastadas ou mais pobres, negando a essas pessoas o direito à cidade e acirrando ainda mais a segregação espacial já existente.

Para Villaça (1998) a segregação se caracterizaria como um processo no qual diferentes grupos se concentram em diferentes áreas e bairros da metrópole. Em seu trabalho, o autor argumenta que na formação das cidades brasileiras o que se observa é a existência das mais variadas formas de segregação, desde aquelas produzidas pela etnia, nacionalidade até as de classe. E nesse caso, seriam as segregações por classe que dominariam as cidades brasileiras.

Nesse sentido, a segregação espacial nas metrópoles brasileiras representaria as diferenças sociais pois, se de um lado o espaço urbano possui os recursos necessários à reprodução social, a distribuição desses recursos refletiria chances desiguais de acesso (Queiroz Ribeiro, 2003).

Sendo assim, a segregação se comportaria como a espacialização da divisão em classe da sociedade na qual a diferença entre aqueles que podem se utilizar da totalidade da cidade dos que apenas usam uma parte reduzida se manifesta. São esses últimos os que vivem nas favelas e

nas distantes periferias urbanas onde estão duplamente condenados a pobreza, uma gerada pelo modelo econômico e outra pelo modelo territorial que define os lugares de cada um na cidade.

O resultado é que o processo de globalização aprofunda as desigualdades pré existentes numa sociedade já historicamente desigual, aumentando a distinção e separação entre classes e a fragmentação e segmentação da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização não seria apenas o processo de unificação do mercado financeiro. Ela também se constitui em uma retórica das premissas neoliberais, se firmando como um “lugar comum” e cuja maior força estaria em justamente se apresentar como um discurso capaz de preconizar a superação de todo o passado e a homogeneização da sociedade.

Diante desse modelo, a cidade é pensada como um ator estratégico capaz de dinamizar a economia dos países e inseri-lo nas dinâmicas globais. Tratada de forma análoga a uma empresa, deve-se determinar suas potencialidades, forças e fraquezas, a partir das quais são definidos as linhas de ação e metas e estratégias para seu bom gerenciamento. O que significa afirmar que o projeto de cidade, alardeado pelo planejamento estratégico, desconsidera os conflitos, contradições e os diferentes atores que vivem, atuam e lutam pela e na cidade. De acordo com Sanchez (2003, p. 378) “a subordinação do método ao desempenho eficaz dos governos urbanos em termos de ganhos de competitividade da cidade esvazia a dimensão política da ação pública e reduz as demandas sociais à sua dimensão técnica”.

Nesse modelo de planejamento urbano a discussão está focalizada na ampliação da competitividade com o intuito de inseri-las no mercado mundial de cidades. Negar ou mesmo questionar os objetivos propostos por este planejamento equivale a negar a modernidade e o avanço, e dessa forma ser contrário à própria cidade. O debate sobre a cidade não se coloca pois já está dado de antemão.

O ideal de cidade que o modelo de planejamento estratégico apregoa estimula o uso do espaço tendo como diretriz os interesses das empresas globais, favorecendo os atores ligados a elas. Todos os demais atores que atuam, modelam e vivem a cidade são postos de lado tendo, muitas vezes, seus interesses subordinados aos das grandes empresas globais.

Assim se, por um lado, a necessidade de informações precisas e comunicações rápidas destacaram o papel das ditas cidades globais, por outro, essas forças globais acabaram por intensificar as contradições existentes em muitas das cidades de Terceiro Mundo.

Na verdade, a cidade vocacionada para a competição global parece não reservar lugar para a pobreza, para os desempregados e para os trabalhadores informais que, paradoxalmente, são um contingente crescente da população urbana. Nos últimos anos, acirrou-se ainda mais a desigualdade e a segregação espacial já existente em muitas das cidades brasileiras com o aumento do déficit habitacional e a intensa periferação. Processos tão familiares da urbanização dos países periféricos.

Mas se as cidades assumem boa parte do papel de centro da economia, redefinindo seus espaços, mais do que nunca se afirma a importância de estudá-las numa perspectiva de projeto político de sociedade. Isso significa que as cidades devem estar articuladas a um novo projeto de civilização e a uma nova proposta de ordem. É nessa perspectiva que a cidade precisa ser conquistada e apreendida por aqueles que nela vivem, para que possa ser entendida não apenas como local de moradia, mas também como espaço para ser apropriado e usado, construído e redefinido.

A cidade precisa ser compreendida como criação da civilização, nascida da história e que envolve uma multiplicidade de formas de uso e apropriação. Neste sentido, ela é vida e ação cujo sentido é dado pelo seu uso. É sob essa ótica que o espaço pode comportar não apenas atividades objetivas e monótonas como também, vida, emoção e política. Se transformando mais do que em apenas recurso e tornando-se abrigo e um espaço para e da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información. Taurus. Madrid, 1997.
- COMPANS, Rose. A emergência de um novo modelo de gestão urbana no Rio de Janeiro: planejamento estratégico e “urbanismo de resultados”. Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR. Recife, 1997. p. 1721-1733.
- FERNANDES, Florestan. Problemas e conceituação das classes sociais na América Latina. In: ZENTENO, R.B. As classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FERREIRA, J.S.W. Globalização e urbanização subdesenvolvida. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fund. Seade, v.14, n.4, out/dez. 2000.
- HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da Administração Urbana no capitalismo Tardio. Espaço e Debates. São Paulo, 1996 Ano XVI, p. 48/63.
- _____. Condição Pós-moderna. São Paulo: edições Loyola, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. O novo século; entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARICATO, E. Metrópole na periferia do capitalismo. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MARICATO, E. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. In: RIBEIRO, L.C. de Q. e SANTOS JUNIOR, O. A. dos S. (org). As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2007.
- MATTOS, Carlos A. de, Globalização, urbanização da economia e expansão metropolitana. In: CASTRO, Iná Elias (org). Redescobrimo o Brasil. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.
- SILVA, Geraldo e COCCO, Giuseppe. Cidades e Portos: os espaços da globalização. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Chapecó: Ed. Argos, 2003.
- SASSEN, S. A cidade global. In: LAVINAS, L. (org). Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: ANPUR-HUCITEC, 1993.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, A.; VAINER, C.; MARICATO, E. A Cidade do Pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Nobel, 1998.